

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0149-17

Itaquí(RS), 06 de abril de 2017.

Exmº Sr. Vereador
IGOR BICCA ARDAIS
Presidente da Câmara de Vereadores
Palácio Rincão da Cruz
Rua Dr. João Sisnando Dubai Goulart, nº 942
Bairro: Centro
CEP: 97650-000
Itaquí – RS

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei.


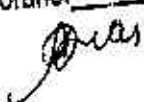
Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por parte dessa Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 016-17, de 04-04-2017**, acompanhado de sua respectiva justificativa, que tem por objetivo alterar a redação da Lei 2.202, de 24-04-1996, referente ao Programa de Auxílio-Alimentação.

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaquí
Secretaria

Recebi em: 06/04/17
Horário: 11:19
Ass.: 

MUNICÍPIO DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 016, DE 04 DE ABRIL DE 2017

Altera redação da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996, que instituiu o Programa de Auxílio Alimentação.

JARBAS DA SILVA MARTINI, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra "h", da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º Os Arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Municipal n.º 2.202, de 24 de abril de 1996, passam a ter as seguintes redações:

"Art. 1º O Programa de Auxílio-Alimentação é instituído para os servidores municipais ativos do Poder Executivo."

§ 1º O Auxílio-Alimentação será concedido na forma de Cartão-Alimentação para cada servidor e, no ano de 2017, o valor é de R\$ 310,07 (trezentos e dez reais e sete centavos), por mês;

§ 2º O reajuste do Cartão-Alimentação será realizado anualmente, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, na mesma data prevista para a revisão geral anual dos servidores públicos municipais, podendo, para tal, ser utilizado o índice oficial do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da concessão da revisão geral anual ou, a critério da Administração, percentual que melhor recomponha a perda aquisitiva do valor do Cartão no período."

"Art. 2º Do servidor participante do Programa de Auxílio Alimentação será descontado de sua folha de pagamento, como ressarcimento, um valor mensal correspondente a 1% (um por cento), calculado sobre o vencimento básico do cargo, emprego ou função de que é titular, cabendo ao Município arcar com as despesas restantes do Programa."

"Art. 3º O Auxílio-Alimentação não tem natureza remuneratória e não se incorpora a remuneração do servidor para quaisquer efeitos."

"Art. 4º A participação no Programa independe da anuência expressa do servidor, todavia, aquele servidor que não desejar receber o Auxílio-Alimentação, deverá requerer, por escrito, à Secretaria Municipal de Administração, para que não haja desconto em folha de pagamento do percentual referido no art. 2º desta Lei."

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

MUNICÍPIO DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Revogam-se as disposições das Leis Municipais n.º 3.588, de 13-05-2010; 3.730, de 16-03-11; 3.733, de 30-03-2011; 4.005, de 26 de dezembro de 2013 e 4.090, de 02 de março de 2015.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de abril de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

MUNICÍPIO DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos enviando a Vossas Excelências o presente Projeto de Lei alterando a Lei Municipal Nº 2.202, de 24 de abril de 1996 que instituiu Programa de Auxílio-Alimentação em benefício dos servidores municipais ativos do Poder Executivo, estipulando que o referido Auxílio seja concedido na forma única de Cartão-Alimentação.

Cabe salientar que pela Legislação em vigor, os servidores beneficiados poderiam optar em receber parte do benefício pelo cartão e parte através de uma cesta básica, cuja modalidade representa um custo maior ao Poder Executivo, com a necessidade de uma estrutura burocrática para aquisição das cestas através de processo licitatório, acrescido do custo de manutenção de espaço físico para guarda das Cestas adquiridas e uma equipe de servidores para receber e fazer o controle de estoque e distribuição das cestas aos servidores beneficiados. Todo esse custo a maior não beneficia o Servidor que recebe parte de seu benefício através de uma cesta básica.

Na prática o que se constata que devido as exigências legais e burocráticas para aquisição das Cestas Básicas, os servidores são prejudicados pelo atraso na compra e distribuição do produto, o que não ocorre quando o servidor é beneficiado unicamente com o Cartão-Alimentação, pois este, em cumprimento de um convênio com o BANRISUL, está sempre liberado ao servidor no dia 10 de cada mês.

Por outra banda, é importante destacar, que além de beneficiar o Servidor que recebe em dia o valor do seu Cartão-Alimentação, e assim ser possível que o próprio servidor adquira os gêneros alimentícios que realmente necessita para imediato consumo próprio e de sua família, podendo comparar os preços em diferentes fornecedores e adquiri-los por preço até inferior aos pagos pelos mesmos produtos, quando adquiridos pelo Município em processo licitatório com a diferença que estes recursos financeiros vão ser gastos na nossa cidade, beneficiando o comércio varejista local, inclusive gerando mais emprego, mais renda e mais tributos para o Município.

Ademais, a alteração legal proposta, também vem de encontro com a técnica legislativa e servirá para compilar a Lei instituidora do Programa de Auxílio-Alimentação, vez que é de conhecimento desta Colenda Câmara de Vereadores que o Poder Executivo de Itaquí foi desobrigado de pagar o benefício do Auxílio-alimentação aos servidores inativos e pensionista por força de decisão judicial que considerou inconstitucional parte da Lei Municipal que autorizava o referido benefício, com base na Súmula 680, do Supremo Tribunal Federal – STF.

Estas, são as razões que justificam o presente projeto de lei.

Gabinete do Prefeito, em 04 de abril de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito